

Artigo Original

Educação do Campo no Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena

Paula Vergili Pérez¹

1. Graduada e Mestre em Produção Vegetal – Sustentabilidade em AgroEcossistemas – Agronomia, pela Unioeste, Foz do Iguaçu-PR. Coordenadora dos Cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental do Centro Universitário Uniamérica. Especialista em Docência no Ensino Superior (Uniamérica) e Gestão Escolar, pela Faculdade São Braz.

paula.perez@uniamerica.br

Palavras-chave

Educação do campo

Formação técnica

Práticas educativas

Resumo: O Brasil constitui-se como um país de economia essencialmente agrária, característica que constituiria os projetos estatais e as relações sociais. Nas primeiras décadas do século XX, diante do processo de industrialização, o setor agrário é estimulado a se renovar. Havia a necessidade de revitalizar as técnicas de cultivo e modernizar a estrutura das propriedades agrícolas, para poder acompanhar os avanços tecnológicos e aumentar a produtividade. Nesse sentido, atribui-se um papel fundamental para as escolas de ensino técnico, que possibilitariam a formação que o homem do campo necessitava. As escolas agrícolas, ao ensinar as práticas necessárias para a lida na agricultura, contribuiriam para a fixação da mão de obra ao campo e formando tecnicamente esses alunos para o incremento na produção. Em Foz do Iguaçu – PR, a partir do processo de colonização constituiu a sua economia com base na produção rural de pequenas propriedades, o desenvolvimento da agricultura seria uma preocupação central. A partir dos esforços da comunidade de Foz do Iguaçu-PR e demais autoridades dos municípios da região, no ano de 1953, foi criada pelo Decreto nº 9.553 em 12 de junho de 1953 a “Escola dos Trabalhadores Rurais DR. Ernesto Luiz de Oliveira”. Entretanto, a partir do Decreto 7.504 em 1962, passa a denominar-se “Escola dos Trabalhadores Rurais Manoel Moreira Pena”. A partir da pesquisa nas fontes documentais da Escola este trabalho objetivou descrever o contexto de sua formação, a estrutura curricular, as estruturas físicas e os cursos ofertados, dando destaque aos agentes sociais que participaram desse processo. O trabalho evidencia a importância desta instituição no cenário educativo de campo, em especial a proposta educacional do atual Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena – CEEPMMP, mais conhecido como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu – PR. O CEEPMMP enquadra-se como Escola do Campo sendo, assim, possível a utilização desta instituição de ensino como base para observações e pesquisas, possibilitando o conhecimento da realidade acerca da organização escolar e do trabalho docente em escola do campo. A abordagem deste estudo descritivo apoiou-se nas questões atuais de discussão da construção de um projeto de Educação do campo, e desenvolveu-se a partir do conhecimento da realidade através da análise do projeto político pedagógico atual e das experiências concretas vivenciadas dentro do Colégio Agrícola Estadual Manoel Moreira Pena.

Artigo recebido em: 26.02.2019

Aprovado para publicação em: 26.03.2019

INTRODUÇÃO

O ensino agrícola no Brasil tem uma longa trajetória, vinculada à característica essencialmente agrária do país. Este trabalho evidencia a importância da Educação no Campo no cenário educativo de campo na Região Oeste do Paraná, em especial a proposta educacional do atual Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena – CEEPMMP, mais conhecido como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu – PR. O objetivo deste trabalho constituiu em descrever o contexto de sua formação, a estrutura curricular, as estruturas físicas e os cursos ofertados, dando destaque aos agentes sociais que participaram desse processo.

O ensino agrícola no Brasil nas primeiras décadas do século XX, e o estabelecimento das escolas agrícolas é caracterizado pela necessidade de implementar um ensino direcionado ao setor agrícola, com o objetivo de revitalizar a economia agropecuária que passa a ser julgada como atrasada no final do século XIX. Neste cenário econômico de dificuldades e procura por melhorias se dará a criação de uma instituição educacional com ênfase ao ensino agrícola.

Nomeado Centro Estadual de Educação Profissional Manuel Moreira Pena, localizado em Foz do Iguaçu – Paraná, seria fundado no ano de 1953, foi criada pelo Decreto nº 9.553 em 12 de junho de 1953 a “Escola dos Trabalhadores Rurais DR. Ernesto Luiz de Oliveira”. Entretanto, a partir do Decreto 7.504 em 1962, passa a denominar-se “Escola dos Trabalhadores Rurais Manoel Moreira Pena”. O CEEPMP ainda está em funcionamento, oferecendo junto ao ensino médio regular, alguns cursos técnicos voltados ao campo, turismo e meio ambiente. No entanto, a instituição está voltada essencialmente para a educação técnica agrícola, evidenciando a importância desta instituição para o desenvolvimento da economia agrícola no Oeste do Paraná.

Esta pesquisa justifica-se, portanto, pela importância dada ao ensino agrícola na região Oeste do Paraná, e pela inexistência de trabalhos que referenciem essa instituição. O CEEPMP surge com a finalidade de atender aos meninos interessados em aprender sobre a lida agrícola, oferecendo formação técnica específica para alunos oriundos de toda a região Oeste do Paraná.

ENSINO AGRÍCOLA NO BRASIL

O Estado brasileiro por muito tempo não se interessou em dar escola às populações rurais, politicamente fragilizadas. E tentou justificar-se em falsas ideologias, como afirma Whitaker (1992) que o descaso para com a educação rural é geralmente colocado quando se diz que as famílias rurais não valorizam a escola colocando seus filhos para trabalhar em vez de estudar.

A educação voltada aos sujeitos do campo no Brasil vem de um duro e perturbado processo histórico, econômico, social e cultural. Além da escola do campo surgir tardiamente, durante muito tempo não foram formuladas diretrizes políticas e pedagógicas específicas, nem recursos financeiros disponibilizados para sua criação e manutenção. Segundo Sanches (2012), no final do século XIX ocorrem insignificantes iniciativas para o desenvolvimento da educação rural, somente a partir da década de 1930 e, mais especificamente das décadas de 1950 e 1960 que começa a se delinear a educação rural no país.

O Ensino Agrícola no Brasil surgirá a partir da necessidade de atender às especificidades e demandas do trabalhador do campo com direito a uma nova profissionalização e educação. Por muito tempo, o trabalho na agricultura não foi bem-visto devido ao seu atraso quanto ao uso de tecnologias, e os avanços científicos passam a ser considerado um fator de desenvolvimento para o país e, conseqüentemente, estimulado pelo governo (SANCHES, 2012).

No início do século XX, de acordo com Leite (1999), a economia do Brasil era sustentada pela atividade agroexportadora do café, que sofrerá mudanças a partir da evolução, modernização e da pressão da classe agrária para acompanhar o processo de industrialização que se apresentava no cenário mundial. Nesse contexto, a expansão do Ensino Agrícola ocorre a partir de 1906, com a aprovação dos recursos do governo para as escolas profissionalizantes no Brasil, as denominadas escolas agrícolas. Com a sua criação, o governo pretendia conter o movimento migratório do campo para as cidades e elevar a produtividade no meio rural, pressionado pela classe agrária do país e pelo processo da industrialização.

No ensino agrícola, o trabalhador recebia as instruções necessárias para a execução de suas tarefas agrícolas. As escolas agrícolas eram as responsáveis por este Problema de Pesquisa instrução e pela formação dos trabalhadores em diferentes níveis (COAGRI apud GRITTI, 1982).

Finalmente, nos últimos anos, devido às pressões dos movimentos sociais, inicia-se a construção de um novo modelo pedagógico que leva em consideração as características e necessidades próprias do aluno do campo. Em 2002, são aprovadas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, dando início ao resgate de uma dívida com esse setor (SANCHES, 2012).

As escolas do campo, infelizmente, continuam a enfrentar graves problemas, visto que não são recentes e nem surgiram repentinamente e a qualidade ensino é afetada por muitos fatores, como: falta de condições físicas, recursos precários, falta de qualificação dos docentes, difícil acesso e, principalmente, descaso por parte do Estado. Apesar de haver uma atenção maior com a qualidade de ensino nas escolas do campo, é preciso que este novo modelo de educação do campo saia do papel e venha para a prática, para se tornar mais justa, contextualizada e atenta ao seu público (CALAZANS, 1993).

O sistema educacional no Brasil, desde o seu Período Colonial, foi influenciado pelas características agrárias do país. A partir do século XX, quando acontecem mudanças e evoluções no seu sistema de trabalho, a fim de acompanhar a industrialização, o ensino direcionado ao setor agrícola também será reestruturado atendendo às exigências do novo período. Sentindo a necessidade da modernização, a agricultura brasileira evoluirá através de métodos e técnicas produtivas, e este contexto social e econômico do país favorecerá o surgimento das primeiras escolas de agricultura, que se difundem com o passar dos anos. A educação agrícola regular, ou formal, surgirá no Brasil no final do período imperial, quando são instituídas as escolas profissionalizantes direcionadas à educação agrícola no país. Em 1877, são criados dois níveis para o ensino agrícola: o elementar e o superior (SANCHES, 2012).

De acordo com Coelho (2005), o contexto social e econômico exigia que as iniciativas oficiais surgissem. As primeiras escolas de agricultura ofertavam cursos com duração em média de dois anos e, a partir de 1877, foram estabelecidos dois níveis para o ensino agrícola: o elementar – habilitando operários e regentes agrícolas e florestais – e o superior – destinado a formar agrônomos, engenheiros agrícolas, veterinários e silvícultores.

No final do século XIX, o Ensino Agrícola tinha por objetivo formar profissionais para trabalhar na agricultura. Havia a necessidade de introduzir inovações no cultivo e novas técnicas no setor agrícola, que manteriam a economia cafeeira estável. Este período é marcado pela criação das escolas agrícolas que seriam uma opção para transformar a população rural em mão de obra ativa e produtiva (WHITAKER, 1992).

De acordo com Calazans (1993), afirma que com o fim da escravidão, com a produção cafeeira e também com o desenvolvimento de outras culturas de importância para a agricultura, que decorre a necessidade de qualificação para o trabalho agrícola. Assim, o ensino da escola elementar, como a escola técnica de 2º grau, começou a impor-se como uma forma de suprir as necessidades que se esperava serem atendidas a partir do ensino escolar.

Dessa forma, conforme Gatti (2007), no período republicano, as escolas profissionalizantes serão reestruturadas. A transição para o século XX pontua, no Brasil, o início do processo de industrialização, e as mudanças decorrentes desse processo: cultivo e fornecimento de matérias-primas; a necessidade de mão de obra e a consequente política de atração dos imigrantes europeus; ampliação das atividades agrícolas de subsistência e desenvolvimento dos centros urbanos.

Em 1910, é criado o 1º regulamento oficial do ensino agrícola, o qual cria e aprova o ensino agrônômico. Gatti (2007) salienta que esse decreto deu forma legal e disciplinada ao ensino agrícola, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, pondo fim ao período que se caracterizou como “de tentativas e iniciativas autônomas, sem nenhuma orientação ou regulamentação do governo central”.

Nesse contexto, o Ministério da Agricultura procurará fixar os trabalhadores nacionais à terra e ofertará o ensino agrícola no nível básico. A oferta do ensino agrícola de nível básico ocorreu por meio de instituições como os patronatos agrícolas, que tinham como objetivo fundamental o aproveitamento dos menores, transformando-os em mão de obra barata para os grandes fazendeiros aumentarem a oferta de produtos agropecuários, impedindo o êxodo rural e disciplinando esses alunos por meio de um sistema rígido de conduta (CAPDEVILLE, 1991).

Nesse sentido, são criadas duas instituições para fixar o trabalhador nacional à terra: os Aprendizados Agrícolas e os Patronatos Agrícolas, que formavam trabalhadores capazes de manejar máquinas e técnicas de cultivo. Após 1930, novas reformas no ensino agrícola são propostas pelo ministro da educação, Gustavo Capanema, que implementará uma série de leis orgânicas de ensino. O sistema educacional, a partir destas leis, apresentará um sentido dualista, sendo a camada mais alta da população atendida em escolas de ensino secundário e após, no ensino superior, enquanto a camada mais baixa estudará em escolas primárias e profissionais com formação mais rápida para o trabalho (WHITAKER, 1992).

De acordo com (SOARES apud TAVARES, 1999), o ensino técnico agrícola carrega a mesma marca discriminatória que caracterizou o ensino técnico no país. Sua origem remonta ao início do século XX, com a instalação dos Patronatos Agrícolas e dos Aprendizados Agrícolas, estabelecimentos que alcançaram uma maior dimensão em termos estruturais entre os anos 20 e 40 (do século XX). De feição marcadamente assistencialista e com um caráter eminentemente prático ofereciam um ensino aos menores “desfavorecidos economicamente.

Em 1946, o Ministério da Educação aprova a Lei Orgânica do Ensino Agrícola que passa a ter três cursos: a) o Ensino Agrícola que teria duração de três anos e formaria capatazes, ofertado a alunos a partir de 14 anos com curso primário completo, e que preservaria o caráter de “escola de trabalho”; b) o Ensino Rural, com duração de dois anos e que formaria trabalhadores rurais. Atendia estudantes maiores de 12 anos com instrução primária, e estava baseado em aulas práticas; c) Curso de Adaptação era um novo curso que direcionaria as crianças e adolescentes para ser o “trabalhador em geral”. Geralmente eram os adultos que procuravam este ensino, que não fornecia diploma. O curso não contava com calendários estipulados, era organizado durante qualquer época do ano, constituindo um curso com rápida duração, no qual qualquer pessoa que estivesse interessada poderia se matricular, sem distinção de sexo ou idade (COELHO, 2000).

Diante do aumento de alunos matriculados, a Lei Orgânica implementada forçará o Ministério da Educação a aprovar um novo decreto que mudará os antigos estabelecimentos para cinco novas modalidades que passarão a ser denominadas de: 1) Escolas de Iniciação Agrícola que formariam para o Ensino Elementar de 1º e 2º anos do primeiro ciclo de Ensino Agrícola; seria a primeira fase do curso primário regular. 2) Escolas Agrícolas que ensinariam o Ensino de Iniciação Agrícola e o Curso de Mestria, seriam os 3º e 4º anos do primeiro ciclo, fase final do curso primário regular. 3) Escolas Agrotécnicas que cuidariam dos Cursos Técnicos e Pedagógicos do 2º Ciclo do Ensino Agrícola, seria o ensino secundário regular, como também seria responsável pelos Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento. 4) Cursos de Aperfeiçoamento, Especialização e Extensão, ministrariam o Ensino Agrícola e Veterinário com cursos Regulares de aperfeiçoamento e especialização técnica aos quadros de carreira do Ministério da Agricultura, incluindo os Cursos Avulsos de extensão uni-

versitária. 5) Centros de Treinamento (CTs) que formariam trabalhadores rurais que atuariam diretamente com a atividade agrícola (COELHO, 2005).

Segundo Coelho (2005), nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil adotará em seu ensino agrícola o modelo de “escola-fazenda”, que terá como princípio o “aprender a fazer fazendo” que seguirá um sistema de produção agrícola com foco na grande produção. Este período será caracterizado pelo aumento da produção de alimentos, mudanças no trabalho e emprego no campo, junto com as inovações científicas, tecnológicas e a mecanização das propriedades. Instituída a Lei de Diretrizes e Bases, em 1961, passa-se a chamar as antigas escolas de ginásio agrícola. Já a escola agrotécnica passaria a se chamar de colégio agrícola, com base em três séries do segundo ciclo e diploma de técnico agrícola. Ao final dos anos de 1970 e início de 1980, a formação profissional será colocada em questão, e a escolarização profissional do trabalhador não será mais motivo para assegurar uma vaga de trabalho fixa, já que o empregador alegará a falta de profissionalização do mesmo.

Neste período, o Brasil passará por outro processo de reorganização da sua base produtiva, de acordo com Ribeiro (2002), um contexto em que os movimentos sociais perdem a sua força na luta contra o desemprego e contra emendas constitucionais que eliminam paulatinamente direitos de proteção ao trabalho, conquistadas pelos movimentos sindicais, em lutas bastante difíceis que vão do início do século XX até o final dos anos de 1980.

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL MANOEL MOREIRA PENA

Diante do desenvolvimento regional, do intenso debate sobre os impactos socioambientais que as novas tecnologias impõem ao campo, justifica-se a implantação do Curso Técnico em Agropecuária, pelos benefícios que proporciona à sociedade e a todo Oeste do Paraná, lembrando que o ensino promovido pelo Colégio Agrícola não abrange apenas as características de um curso técnico profissionalizante, mas também questões pertinentes à realidade rural dos alunos, proporcionando esperanças futuras e manutenção da identidade social.

O curso Técnico em Agropecuária busca a formação de profissionais capacitados para a atuação específica em auxílio a produtores rurais, evitando o êxodo rural, aumentando a produtividade, reduzindo custos, visando a melhoria econômica e qualidade de vida de produtores rurais (COELHO, 2005).

O espaço de investigação da pesquisa foi o Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena, mantido pela SEED-PR. O colégio está localizado na Avenida General Meira, 391, no município de Foz do Iguaçu, criado pelo Decreto 31.657/60 de 29/08/60, autorização de funcionamento pelo Decreto 5.714/78 de 25/10/78 e código 00051.

A escola conta com 69,7 hectares de área total, abrigando, um campo experimental onde os alunos têm a oportunidade de realizar aulas práticas, possui máquinas e implementos agrícolas. Dispõe ainda de instalações de laboratório de informática, de química, laboratório de Restaurantes e Bares, salas de aula, miniaudiotório e alojamentos para alunos internos. A biblioteca possui acervos de literatura e das áreas técnicas de turismo, meio ambiente e agropecuária.

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena oferta o Ensino Médio Integrado Profissionalizante e Subsequente ao Ensino Médio e seus alunos são da comunidade, de vários Municípios do Estado do Paraná e de outros Estados Brasileiros. E, tem por finalidade, ministrar o Ensino Médio Inte-

grado Profissionalizante e o Ensino Subseqüente, observadas a legislação e as normas especificamente aplicáveis.

HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2011):

- O Colégio Agrícola foi criado pelo Decreto n.º 9.553, em 12 de junho de 1953, com a denominação de “ESCOLA DOS TRABALHADORES RURAIS DR. ERNESTO LUIZ DE OLIVEIRA”;
- A partir de 1962, pelo Decreto n.º 7.504, passa a denominar-se “ESCOLA DOS TRABALHADORES RURAIS MANOEL MOREIRA PENA”;
- Em 1963 passa a ser “ESCOLA DE PREPARAÇÃO PRÉ-GINASIAL”, através das Portarias n.º 1.049 e n.º 1.204/62;
- Em 1964 é batizado de “GINÁSIO AGRÍCOLA MANOEL MOREIRA PENA”, através da Portaria 151/64;
- A partir de 1.967, pela Portaria n.º 744/67, passa a denominar-se “GINÁSIO ESTADUAL MANOEL MOREIRA PENA”;
- Iniciou em 1956 o curso primário, até 1963, ano em que começou a extinção do curso Primário, iniciando então o Pré-Ginasial;
- Em 1969 teve início o Curso Vocacional de Economia Doméstica;
- Em 1973, iniciou-se o 2º Grau com oferta das habilitações de Técnico em Agropecuária e Magistério, iniciando a partir de então a extinção do Ginásio;
- Pelo Decreto n.º 5.714/78 a nomenclatura passa a “COLÉGIO MANOEL MOREIRA PENA – ENSINO DE 2º GRAU”.
- Pelo Parecer 071/83, o Colégio recupera a identidade de Ensino Agrícola, recebendo a nomenclatura de “COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL MANOEL MOREIRA PENA – ENSINO DE 2º GRAU”.
- Em 1985 sai o Magistério, para instalar-se no Colégio Estadual Barão do Rio Branco;
- A partir de 1996, é extinta a oferta da habilitação de Técnico em Agropecuária, dando início em 1.998, das habilitações em nível Pós-Médio;
- No ano de 1998 passa a ofertar o curso Pós-Médio Técnico em Produção Agrícola com ênfase em Horticultura;
- No ano de 1999 passa a ofertar o curso Pós-Médio Técnico em Produção Agrícola com ênfase em Plantas Medicinais;
- No ano 2000 passa a ofertar o Ensino Médio;
- No ano 2001 tem início à extinção dos cursos Pós-Médios com especialização;
- Com a revogação do Decreto n.º 2.208/97 e a construção de novas bases conceituais e legais para o ensino médio e a educação profissional tinham motivação mais ampla vinculada às lutas dos educadores, e uma mais específica, a de implementar uma nova política em seus estados;
- Assim, ao mesmo tempo em que buscaram retomar a função pública do Estado nesta política, se envolveram no debate e aprovação do Decreto n. 5.154/04 e foram os primeiros estados a começar a implementação do ensino médio integrado ao ensino técnico.

Atualmente o colégio usa a seguinte nomenclatura: “Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena”. O Colégio está credenciado pela resolução nº 2488/02, publicado em Diário Oficial no dia 14/08/2002, e o ato de autorização e de reconhecimento estão em trâmite.

Cursos ofertados até 2005: Técnico em Zoonoses – modalidade subsequente; Técnico em Agricultura – modalidade concomitante; Técnico em Pecuária – modalidade concomitante e Ensino Médio Regular.

Cursos ofertados de 2005 a 2010: Técnico em Agropecuária – modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Turismo Guia Regional – modalidade subsequente; Técnico em Meio Ambiente – modalidade subsequente; Técnico em Restaurante e Bar – modalidade subsequente.

Cursos ofertados de 2010 a 2017: Técnico em Agropecuária – modalidade Integral Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Turismo Guia Regional – modalidade subsequente e Técnico em Meio Ambiente – modalidade subsequente.

Parcerias: Emater, Centro de Zoonoses, Receita Federal, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, SENAR, Sindicato Rural, ACIENS, Projetos junto a Prefeitura Municipal (BECA), Projeto junto a Itaipu Binacional – laboratório, plantas medicinais, Parceria junto a empresa AB Comércio de Insumos (experimentos de milho, soja, sorgo e trigo), Projeto junto a Eletrobras Furnas S A, junto a agricultores e no colégio, dentre outros.

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do Art. 36, Art. 40 e parágrafo único do Art. 41 da Lei nº 9394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

§ 1º – A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

III – subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

As modalidades ofertadas no calendário letivo de 2017 e 2018 são: Técnico em Agropecuária – modalidade integrado; Técnico em Agropecuária – modalidade subsequente; Técnico em Meio Ambiente – modalidade subsequente; Técnico em Turismo – modalidade subsequente e Técnico em Química – modalidade subsequente.

Constituindo na seguinte disposição das turmas: manhã e tarde (período integral): 01 turma (Fase II), nas modalidades subsequente em Agropecuária, e 06 turmas Ensino Médio Integrado em Agropecuária sendo (2 primeiros anos, 2 segundos anos e 2 terceiros anos). E à noite: na modalidade subsequente em Turismo (2 turmas Fase I e Fase III), Meio Ambiente (2 turmas Fase I e Fase III) e Química (1 turma Fase I).

O Centro Estadual de Educação Profissional Manuel Moreira Pena possui capacidade para atender 490 alunos, distribuídos nos seguintes cursos ofertados:

- CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – forma integrada – Carga horária: 4000 horas/ Carga horária com estágio: 4133 horas – 200 dias letivos anual;

- CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – forma subsequente – Carga horária: 1800/horas/aula-1500 horas mais 67 horas de Estágio Profissional Supervisionado. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual;
- CURSO TÉCNICO EM TURISMO – forma subsequente – Carga horária: 1050 – horas/aula: 1260. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual;
- CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE – forma subsequente – Carga horária: 1500 horas/aula – 1250 horas mais 100 horas de Estágio Profissional Supervisionado;
- CURSO TÉCNICO EM QUÍMICA – forma subsequente – Carga horária: 1760 horas /aula – 1467 horas mais 67 horas de Estágio Profissional Supervisionado. Organização: SEMESTRAL – 200 dias letivos anual.

RECURSOS HUMANOS

O Centro Estadual de Educação Profissional Manuel Moreira Pena conta com seu quadro de técnicos:

- 4 pedagogas (sendo uma como orientadora de internato);
- 2 inspetores de internato (um masculino e outro feminino);
- 5 técnicos administrativos de internato;
- 2 auxiliares de secretaria;
- 1 secretário-geral;
- 1 bibliotecário;
- 4 coordenadores de cursos;
- 1 engenheiro agrônomo;
- 1 médico veterinário;
- 3 técnicos agrícolas;
- 3 motoristas (sendo um com dedicação exclusiva para o trator);
- 1 coordenador de laboratório;
- 6 trabalhadores de campo;
- 2 tecnólogos em alimentos;
- 1 vice-diretor;
- 2 coordenadores de estágio;
- 3 cozinheiras e 2 merendeiras;
- 2 almoxarifes;
- 6 auxiliares de serviços gerais (sendo uma com dedicação exclusiva a lavanderia);
- 3 vigias.

Logo, o Centro Estadual de Educação Profissional Manuel Moreira Pena, conta no seu quadro de professores:

- 3 médicos Veterinários;
- 6 engenheiros agrônomos;
- 3 administradores rurais;
- 4 turismólogos;
- 1 bióloga;

- 1 tecnólogo de alimentos;
- 1 advogado;
- 1 engenheiro ambiental;
- 1 química tecnológica;
- 1 enfermeiro;

E no quadro geral de professores, conta com um professor por disciplina, nas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa/Artes; Matemática; Física; Química; Biologia; Inglês; Espanhol; História; Geografia; Sociologia; Informática; Filosofia e Ed. Física.

Sobre os professores existem os QPM (Quadro Próprio do Magistério), totalizando 26 professores, sendo, 14 professores com Pós-Graduação Técnica e Pedagógica e 12 professores PSS (Processo Seletivo Simplificado).

A respeito dos alunos, o total anual são 420 alunos, sendo que aproximadamente 192 alunos sejam internos. O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena conta, hoje, com quatro professoras pedagogas, sendo uma na função de Orientação ao Internato.

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena possui 7 (sete) salas de aula, em condições de uso, requerendo pequenos reparos na parte funcional, elétrica e estética da construção. Todas estão localizadas num mesmo pavilhão térreo da escola. O espaço das salas é adequado para atendimento de no máximo 35 alunos por sala. O Porte do Colégio é 03 – com capacidade para atender 490 alunos.

Dos recursos físicos e materiais pedagógicos:

- Departamento técnico agrícola com oficina mecânica;
- Garagem de implementos agrícolas;
- Sala de manejo de alimentos (agroindústria);
- Laboratórios: Análise de solos, Química e Informática;
- Sala de esportes;
- 24 hectares dedicados à prática de Grandes Culturas;
- Área experimental com 5 hectares;
- Horta com 1 hectare;
- Fruticultura com 0,5 hectares;
- Área de pastagem de 15 hectares;
- Cuniário com 10 matrizes;
- Pocilga com 15 matrizes;
- Aviário com 20 pintinhos e 100 codornas;
- Viveiro com 100 m²;
- 7 salas de aulas;
- 7 banheiros;
- 2 ônibus escolares e 1 combi;
- 1 estufa para produção de mudas de hortaliças;
- Implementos e ferramentas diversas;
- Material audiovisual: 2 projetores, 2 multimídias, 6 tvs pendrive, 6 dvd's, 3 computadores, 2 micro sistem, 4 caixas de som, 2 microfones, 1 televisão;
- 30 computadores;

- Salas: Direção, Coordenação; Pedagogos e sala dos Professores;
- Secretaria, Miniauditório e Biblioteca;
- Cozinha, copa, refeitório, almoxarifado, lavanderia e rouparia;
- 2 alojamentos masculinos e 1 feminino;

DIAGNÓSTICO DO CEEP MANOEL MOREIRA PENA

Durante a caracterização e o diagnóstico do CEEP Manoel Moreira Pena, é possível afirmar que a maior oferta e procura é do curso técnico em agropecuária integrado e subsequente, onde aproximadamente 95% do total dos alunos deste curso permanecem em regime de internato atendendo alunos e alunas com idade que varia de 14 a 21 anos.

O internato é destinado a filhos e filhas de pequenos agricultores da região, os demais são alunos de ambos os sexos que residem na área urbana. No início do ano letivo os pais dos alunos que ingressam na escola tanto em regime de internato como semi-internos vem até a escola e são atendidos no auditório para conhecer o regulamento interno da instituição, o Projeto Político Pedagógico, o Regulamento de Internato e atividades complementares dos cursos.

No período noturno os cursos são da modalidade subsequente para quem já concluiu o ensino médio. Os alunos na sua maioria residem em Foz do Iguaçu e estão no mercado de trabalho.

Na instituição os alunos desenvolvem diversas ações orientadas pelos professores nas práticas agropecuárias. O desenvolvimento de práticas nos setores agropecuários contam com manutenção, manejo alimentar, manejo sanitário, plantio, tratamentos culturais, colheita, montagem, desenvolvimento e avaliação de experimentos, acompanhamento dos resultados técnicos, econômicos e financeiros dos setores a partir de um planejamento coletivo dos professores e na tentativa de promover a articulação entre as disciplinas.

Essas atividades demandam de muita organização de setores, de planejamento diário e principalmente de recursos humanos. O recurso humano na escola precisa ser ampliado, pois a falta dos mesmos é um fator dificultador para o bom desempenho das atividades que são realizadas na escola.

Para alcançar os objetivos propostos nos cursos a formação continuada de professores e funcionários é imprescindível. O objetivo das atividades práticas relatados acima, é chegar efetivamente ao planejamento integrado e com isso buscar a prática do currículo integrado, no qual o conhecimento geral e específico/tecnológico sejam trabalhados no conjunto e não tratados como disciplinas técnicas e disciplinas da base nacional comum, neste sentido é necessário buscar constantemente conhecimentos para dominar a concepção de ensino médio integrado e superar a fragmentação do trabalho disciplinar. Pois, a integração não se resume a um mais um, o conhecimento de forma integrada demanda mudança na organização da escola, assim como o acompanhamento curricular e de formação continuada dos profissionais que atuam nesta modalidade de ensino.

Durante todo o ano letivo são propostas ações que visam à formação dos professores e equipe pedagógica do colégio.

Reuniões técnicas pedagógicas e de planejamento, que são realizadas bimestralmente.

Atendimento individual e coletivo pela equipe pedagógica aos professores, utilizando o espaço da hora atividade.

Participação dos professores em eventos de formação continuada promovida pela SEED: seminários, simpósios e reuniões técnicas por área. Existe a demanda de mais tempo, por parte dos professores, para reu-

niões pedagógicas e técnicas para que possam se reorganizar e replanejar no conjunto dos professores da Base Nacional Comum e área técnica o planejamento coletivo objetivando a articulação de conteúdos, na perspectiva de romper com a dualidade do ensino, buscando superar a formação unidimensional do técnico, que historicamente marcou o perfil dos egressos desta modalidade.

Um dos desafios que precisam ser superados é a fragmentação do trabalho disciplinar, a articulação da base nacional e técnica e a dificuldade da rotatividade de professores da Formação Básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Estadual de Educação Profissional Manoel Moreira Pena – CEEPMP, mais conhecido como Colégio Agrícola de Foz do Iguaçu – PR. demonstra que a construção de um espaço escolar demanda a congregação de distintas forças. Salienta-se a importância do estudo da legislação, da organização curricular, mas, sobretudo, a sua vinculação com a esfera social. A escola surgirá a partir de uma demanda concreta, vinculada à tentativa de melhoramento do setor agrícola na região Oeste do Paraná. Essa importância econômica e o esforço de uma coletividade promoveram a criação de uma escola que ainda hoje é importante no cenário educativo regional.

REFERÊNCIAS

- CALAZANS, M. J. C. **Escola e educação do campo**. Campinas: Papirus, 1993.
- CAPDEVILLE, G. O ensino superior agrícola no Brasil – Viçosa, 1991.
- COELHO, C. D.; RECH, L. R. D. **Técnico Agrícola: formação e atuação profissional**. Porto Alegre: Impr. Livre, 2000.
- COELHO, C. D.; RECH, L. R. D. **Técnico Agrícola: legislação profissional**. 4. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.
- DANTES, M. A. M. As ciências na História Brasileira. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 57, n. 1, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009_67252005000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 fev. 2018.
- GATTI, J. D. História e historiografia das instituições escolares: percurso de pesquisas e questões teórico-metodológicos. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://gephis-nop.weebly.com/uploads/2/3/9/6/23969914/historia_e_historiografia_da_isntituicoes_escolares_percurso_de_pesquisa_e_questoes_teoricom Metodologicas.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.
- GONÇALVES, M. A.; SILVA, M. A. (Orgs.). **Trabalho e educação: o ensino profissional e o desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/view/857>>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- GRITTI, S. M. **Educação Profissional rural: formação técnica**. 2008. v. 33. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/rev-ce/revce/2008/01/a8.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MENDONÇA, S. R. **As políticas de educação rural do Ministério da Agricultura (1945-1961)**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413_77042010000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MENDONÇA, S. R. **Estado e Ensino Agrícola no Brasil**: da dimensão escolar ao extenscionismo – assistencialismo (1930-1950). Disponível em: <http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/17-GT-Sonia_Mendon%23U00e7a.-doc.> Acesso em: 23 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **(Re)significação do Ensino Agrícola da Rede Federal da Educação Profissional e Tecnológica**: Documento Final. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?gid=6470&option=com_docman&task=doc_download>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SANCHES, M. C. **Políticas públicas**: regulamentação do ensino técnico profissional na Era Vargas (1930-1945), 2012. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/TCC/Trabalhos_2012/MARIA_CRISTINA_SANCHES.PDF>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SILVA, M. **Educação do Campo e Desenvolvimento**: uma relação construída ao longo da história. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacao_do_Campo_e_Developvimento_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 19 dez 2017.

SOARES, L. E. S.; **Análise do poder disciplinador das escolas agrícolas (1947-** <<http://www.ie.ufmt.br/ppge/dissertacoes/index.php?op=download&id=82>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

SOUZA, M. P.; GATTI JÚNIOR, Décio. **História da educação e instituições escolares**: aspectos teórico-metodológicos. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis15/art12_15.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2017.

WHITAKER, D. C. A. **O rural-urbano e a escola brasileira**. In: Revista do Migrante, Ano V, Nº 12, 1992.

